

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO nº 05/2012
PROCESSO nº 08335.001045/2012-73

ANEXO V

Minuta do CONTRATO ____/2012-SR/DPF/MS

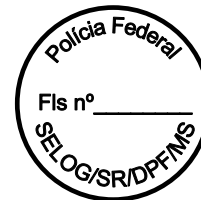
CONTRATO QUE SE CELEBRA ENTRE A
UNIÃO FEDERAL, REPRESENTADA PELA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, E A
EMPRESA: _____.
NA FORMA ABAIXO:

A UNIÃO FEDERAL, representada pela SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, sito na **Rua Fernando Luiz Fernandes, n.º 322 – Vila Sobrinho, Campo Grande/MS – Cep: 79.110-500**, com o CNPJ nº 00.394.494/0084-63, neste ato denominada CONTRATANTE e representada pelo Senhor Superintendente Regional o Senhor -----, de acordo com suas atribuições legais, ínsitas no art. 38, inciso III, Portaria nº 1300/2003-MJ, de 04.09.2003 e a empresa: _____, situada à _____, inscrita no CNPJ nº _____, doravante denominada CONTRATADA e representada por _____, com a finalidade de contratar com a Administração, para **prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (fixo-fixo e fixo-móvel), Serviço de Comunicação Multimídia e outros serviços(ESPECIFICAR O GRUPO)**, a serem executados de forma contínua, resolvem, com base nas condições estabelecidas no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 05/2012-SR/DPF/MS, relativo ao Processo nº **08335.001045/2012-73**, celebrar o presente Termo de Contrato, observadas as disposições da Lei 8.666/93, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

I - OBJETO

CLÁUSULA 1.ª - O objeto do presente instrumento é a **contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (fixo-fixo e fixo-móvel), Serviço de Comunicação Multimídia e outros serviços(ESPECIFICAR O GRUPO)**, a serem executados de forma contínua, conforme especificações contidas no Termo de Referência (anexo I do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 05/2012-SR/DPF/MS).

II - VIGÊNCIA, VALIDADE E PRORROGAÇÃO



CLÁUSULA 2.^a O Contrato a ser firmado vigorará a partir da data de sua assinatura até 31.12.2013, podendo ser prorrogado por períodos subsequentes de até 12 (doze) meses, e até o limite de 60(sessenta) meses, com a indicação do crédito orçamentário e respectivo empenho para atender a despesa no exercício em curso, bem como da parcela da despesa relativa à parte a ser executada, caso a duração ou previsão de duração do contrato ultrapasse o exercício financeiro.

III - DOS VALORES

CLÁUSULA 3.^a – A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores definidos no Pregão nº 05/2012-SR/DPF/MS, conforme proposta final da CONTRATADA.

IV - EQUILÍBRIO FINANCEIRO E REPACTUAÇÃO

CLÁUSULA 4.^a – Com a finalidade de manter o equilíbrio financeiro do contrato, será permitida a repactuação dos valores dos serviços ora contratados, em conformidade com a legislação vigente.

Parágrafo primeiro. A Administração deverá analisar o pedido de repactuação da CONTRATADA, verificando se o reajuste solicitado está de acordo com os preços praticados no mercado.

Parágrafo segundo. Fica vedada, quando da repactuação, a inclusão nos custos dos serviços ora contratados, de outros valores não previstos na proposta apresentada pela CONTRATADA na licitação.

Parágrafo terceiro. A repactuação estabelecida no **caput** desta cláusula é direito não somente da CONTRATADA, mas, também, da CONTRATANTE, caso houver uma diminuição dos custos previstos na proposta apresentada pela CONTRATADA.

Parágrafo Quarto. Será admitida a repactuação do contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, ou da data da última repactuação.

CLÁUSULA 5.^a – As despesas com a execução do presente contrato para o exercício de 2008 correrá à conta do Programa de Trabalho 06.122.0750.2000.0001, Natureza de Despesa 3390.39.58, Plano Interno 702T-12, Fonte 100 e Gestão 0001/30108.

Parágrafo único. Foi emitida a Declaração de crédito orçamentário disponibilizado pela Declaração Orçamentária nº..... de/...../2012, elemento de despesa 3390.39.58, no valor de R\$ (.....).

V - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR



CLÁUSULA 6.^a – Fazem parte integrante e complementar do presente contrato, independentemente de suas transcrições, o Edital do Pregão Eletrônico nº 04/2012-SR/DPF/MS e seus anexos, a proposta e os documentos apresentados pela CONTRATADA no procedimento licitatório.

VI - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLAUSÚLA 7.^a - A LICITANTE VENCEDORA deverá disponibilizar ao Contratante, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, a contar da assinatura do contrato, os serviços descritos neste Termo;

CLÁUSULA 8.^a – Providenciar junto a órgãos competentes os registros e licenciamentos regulamentares e pertinentes aos serviços de que trata o presente Termo de Referência;

CLÁUSULA 9.^a – Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, bem como assegurar os direitos e cumprimento dos deveres de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL;

CLÁUSULA 10.^a – Possibilitar à SR/DPF/MS o acesso aos serviços objeto desta avença, sujeitando-se às condições técnicas e operacionais estabelecidas por outras operadoras destinatárias ou intermediárias de chamadas telefônicas, de acordo com a legislação vigente;

CLÁUSULA 11.^a – Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato. A inadimplência da Contratada, referente a esses encargos, não transfere à SR/DPF/MS a responsabilidade por seu pagamento;

CLÁUSULA 12.^a – Atender prontamente às solicitações da fiscalização da SR/DPF/MS quanto a falhas do sistema, defeitos apresentados nos aparelhos e demais exigências contratuais, mantendo pessoal qualificado de sobreaviso para sanar quaisquer problemas de acessos nos terminais da SR/DPF/MS;

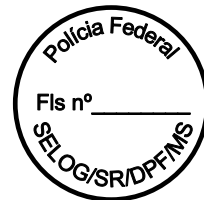
CLÁUSULA 13.^a – Manter a qualidade e a regularidade dos serviços prestados;

CLÁUSULA 14.^a – Divulgar à SR/DPF/MS sobre toda e qualquer alteração nas condições de prestação dos serviços, inclusive referente à mudança de tecnologia que enseje modificação dos termos do Contrato;

CLÁUSULA 15.^a – Executar fielmente o objeto do contrato, comunicando imediatamente e com antecedência o representante legal da SR/DPF/MS, na hipótese de ocorrência de qualquer fato impeditivo de seu cumprimento;

CLÁUSULA 16.^a – Apresentar Fatura/Nota Fiscal de cobrança dos serviços, por linha, devidamente detalhada, contemplando os preços, com e sem impostos inclusos, associados à assinatura, ao acesso, com consumo discriminado em minutos e modalidades de ligações telefônicas com folha de rosto discriminando o valor total dos serviços;

CLÁUSULA 17.^a – A referida fatura deverá ser apresentada em prazo não inferior a 10 (dez) dias antecedentes a data do vencimento;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL

Parágrafo único - A contratada deverá, de acordo com seus ciclos de faturamento, facultar à SR/DPF/MS a escolha de melhor data de vencimento da fatura.

CLÁUSULA 18.^a - Comunicar prontamente à SR/DPF/MS, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços, prestando as informações necessárias, em tempo hábil, principalmente quando requisitadas;

CLÁUSULA 19.^a - Será de responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA as despesas resultantes de custos decorrentes de quaisquer ações e demandas que originem danos ocorridos por culpa sua, de seus empregados ou prepostos;

CLÁUSULA 20.^a - Comunicar imediatamente à SR/DPF/MS toda e qualquer suspeita de fraude nas linhas de acesso, tomando todas as providências necessárias para o bloqueio, rastreamento e solução de problema;

CLÁUSULA 21.^a - Acatar as orientações da SR/DPF/MS, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas;

CLÁUSULA 22.^a - Colocar à disposição da SR/DPF/MS serviço de atendimento a clientes corporativos, indicando consultores e número de telefone diferenciado;

CLÁUSULA 23.^a - Responder por danos causados diretamente à SR/DPF/MS e/ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços;

CLÁUSULA 24.^a - Implantar de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz.

CLÁUSULA 25.^a - Zelar pela perfeita execução dos serviços prestados;

CLÁUSULA 26.^a - Manter, durante toda a execução do contrato a compatibilidade com as obrigações assumidas em relação a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA 27.^a - Fornecer toda mão-de-obra e utilizar materiais de primeira qualidade e todos os equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços;

CLÁUSULA 28.^a - Comunicar ao gerenciador do contrato, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

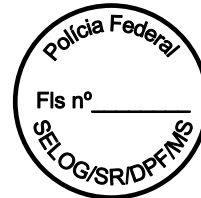
VII - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

CLÁUSULA 30.^a - Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados para esse fim, na forma prevista na Lei nº 8.666/1993, procedendo ao atesto das respectivas faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias.

CLÁUSULA 31.^a - Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas no contrato.

CLÁUSULA 32.^a - Efetuar o pagamento dos serviços prestados nas condições estabelecidas no contrato.

CLÁUSULA 33.^a - Solicitar à CONTRATADA todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.



CLÁSULA 34.^a - Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as respectivas especificações;

VIII - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

CLÁSULA 35.^a — São motivos para a rescisão do presente contrato:

I – o descumprimento injustificado, total ou parcial, das obrigações assumidas pela CONTRATADA nos termos deste contrato;

II – o não atendimento ou o atendimento insatisfatório das determinações e solicitações formuladas pelo Fiscal do contrato;

III - a paralisação da execução dos serviços, sem justa causa e sem a prévia comunicação à CONTRATANTE;

IV – o cometimento reiterado de faltas pela CONTRATADA às cláusulas do presente contrato, após a aplicação das penalidades previstas no Edital do Pregão 13/2008-CPL/SR/DPF/MS;

V – a decretação da falência da CONTRATADA;

VI – a extinção ou a dissolução da CONTRATADA;

VII – a alteração da composição social, a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que, a critério da CONTRATANTE, venha a prejudicar a execução dos serviços contratados;

VIII – razões de interesse público, justificadas e determinadas pela autoridade administrativa a qual está subordinada a CONTRATANTE;

IX – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, impeditivos da execução do contrato;

X – a suspensão da execução dos serviços contratados por ordem escrita da CONTRATANTE por um período superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo nos casos de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo período;

XI - descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

XII – Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos VIII e IX, serão resguardados a contratante os direitos previstos no Art. 79, parágrafo 2º, da lei 8.666/93.

Parágrafo único. A rescisão do presente contrato poderá ser formalizada:

- I – por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a VII e XI desta cláusula;
- II – por acordo amigável entre as partes, reduzidas a termo, e desde que haja interesse e conveniência para a CONTRATANTE;
- III – por ação judicial, nos termos da legislação pertinente.

VIII - DOS NÍVEIS DE SERVIÇOS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA 36ª. O proponente que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata ou o Contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta, fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal ficará impedido de licitar e de contratar com a União e será descredenciado no SICAF, ou nos Sistemas de Cadastramento de Fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e demais cominações legais.

Parágrafo primeiro. Pela recusa em assinar a Ata, o Contrato, ou retirar a Nota de Empenho, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após a regular convocação, o proponente poderá ser penalizado com multa no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado do Contrato, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no parágrafo anterior.

Parágrafo segundo. Prestar o serviço objeto desta contratação 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas. Os serviços deverão ser prestados de forma ininterrupta, com disponibilidade anual mínima em 99,90% (noventa e nove por cento e noventa centésimos) do tempo contratado. Na hipótese de ocorrência de interrupções total de prestação de serviço de recebimento e/ou realização de chamadas, as falhas deverão ser corrigidas e o serviço restabelecido em no máximo 2 (duas) horas. Caso haja indisponibilidade do Entroncamento IP e não haja interrupção no serviço para a CONTRATADA por conta do encaminhamento das chamadas de saída para o Entroncamento E1, ou vice-versa, as falhas em questão deverão ser corrigidas em até 8 (oito) horas.

Parágrafo terceiro. A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico em período integral, com atendimento imediato em caso de falha nos entroncamentos de entrada, nos entroncamentos de saída, bem como nos demais componentes ou equipamentos de responsabilidade da CONTRATADA.

Parágrafo quarto. Para assegurar a disponibilidade do serviço, a CONTRATADA deverá efetuar mensalmente testes de verificação da qualidade de transmissão, com a supervisão da CONTRATANTE, ou quem esta designar, de forma a identificar eventuais falhas de

sincronismo, perdas de ligações, bloqueio de canais, travamentos ou outras situações que possam influenciar nos níveis de serviço.

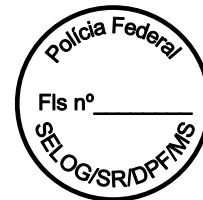
Parágrafo quinto. As interrupções programadas dos serviços deverão ser comunicadas à CONTRATANTE com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis e somente serão realizadas com a concordância da CONTRATANTE.

Parágrafo sexto. Todas as ocorrências serão registradas pela CONTRANTE, que notificará a CONTRATADA, atribuindo pontos para as ocorrências segundo a tabela a seguir:

Ocorrências	Pontos
Não atendimento do telefone fornecido pela CONTRATADA para os contatos e registro das ocorrências	0,3/ocorrência
Cobrança por serviços não prestados	0,3/fatura
Cobrança fora do prazo estabelecido na regulamentação pertinente	0,3/fatura
Cobrança de valores em desacordo com o contrato	0,3/fatura
Não apresentar corretamente a Nota Fiscal dos serviços prestados no mês, tanto em papel quanto em arquivo eletrônico, incluindo detalhamento das chamadas e valor total do serviço, que deverão conter todos os tributos e encargos, conforme preços contratados no processo licitatório	0,3/ocorrência
Atraso na ativação dos serviços, nas alterações de características técnicas ou nas alterações de endereço, para cada 4 dias corridos de atraso	0,3/ocorrência
Atraso na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, para cada 24 horas de atraso	0,3/ocorrência
Prestação dos serviços abaixo dos valores mínimos de velocidade contratados, nos casos de SCM	1,0/ocorrência
Interrupção da prestação dos serviços (para cada hora totalizada pela soma de interrupções), sem comunicação prévia e acordada com a CONTRATANTE	1,0/ocorrência

Parágrafo sétimo. A cada registro de ocorrência será apurado sempre o somatório da pontuação decorrente das ocorrências acumuladas no período de 12 (doze) meses anteriores ao fato gerador. Esta pontuação servirá como base para que a CONTRATANTE aplique as seguintes sanções administrativas, de modo que, atingindo o quantum necessário à configuração de uma sanção, esta será imediatamente aplicada, observado o processo administrativo:

Pontuação acumulada	Sanção
---------------------	--------



1 (um) ponto	Advertência
2 (dois) pontos	Multa correspondente a 1% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
3 (três) pontos	Multa correspondente a 2% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
4 (quatro) pontos	Multa correspondente a 3% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
5 (cinco) pontos	Multa correspondente a 4% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
6 (seis) pontos	Multa correspondente a 5% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
7 (sete) pontos	Multa correspondente a 6% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção
8 (pontos) ou mais pontos	Multa correspondente a 6% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção + acréscimo de 1%, por ponto acumulado acima de 7 (sete), até o limite de 10%

Parágrafo oitavo. A quebra ou violação do sigilo telefônico e de dados, a qualquer momento, ensejará a Rescisão Unilateral do Contrato, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

Parágrafo Oitavo. As multas referidas neste documento serão descontadas do pagamento ou cobradas judicialmente.

Parágrafo Nono. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Parágrafo Décimo. Além das penalidades acima, o licitante estará sujeito a demais penalidades previstas nas leis que regem os processos licitatórios.

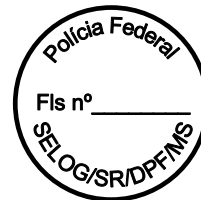
IX – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

CLÁSULA 16.^a – São condições de pagamento:

a) A Nota Fiscal dos serviços prestados deverá ser remetida, com aviso de recebimento, tanto em papel quanto em arquivo eletrônico, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis em relação à data de seu vencimento, para que o Gestor do Contrato possa realizar sua verificação e, não havendo problemas, o aceite.

b) Sendo identificada cobrança indevida, os fatos serão informados à CONTRATADA, e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida.





- c). Sendo identificada cobrança indevida após o pagamento da Nota Fiscal, os fatos serão informados à CONTRATADA para que seja feita glosa do valor correspondente no próximo documento de cobrança.
- d) O pagamento mensal dependerá da real utilização do serviço, podendo haver variação entre a quantidade de minutos efetivamente utilizada e a quantidade de minutos estimada, constante dos anexos deste Termo de Referência.
- e) O aceite dos serviços prestados por força desta contratação será feito mediante ateste das Notas Fiscais, correspondendo tão somente aos serviços efetivamente utilizados.
- f) Em hipótese alguma serão pagos serviços não utilizados.
- g) Após o encerramento do contrato, os serviços utilizados decorrentes desta contratação deverão ser cobrados no prazo máximo de 60 (sessenta), 90 (noventa) e 150 (cento e cinquenta) dias, para as modalidades local, longa distância nacional e longa distância internacional, respectivamente, contados a partir da efetiva prestação dos serviços.
- h) O recebimento e a aceitação do objeto de licitação obedecerão ao disposto no artigo 73, inciso II e seus parágrafos, da Lei 8.666/93.
- i) O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente ao fornecimento e da prestação dos serviços e após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente da SR/DPF/MS, conforme dispõe o Artigo 40, Inciso XIV, alínea "a", da Lei 8.666/93.
- j) Será procedida consulta "ON LINE", junto ao SICAF antes de cada pagamento efetuado à empresa contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação exigidas na licitação.
- k) Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.
- l) Conforme IN conjunta SRF/STN/SFC nº 04, de 18 de agosto de 1997, serão retidos os percentuais referentes a tributos e contribuições federais, exceto no caso de pessoas jurídicas optantes pelo "SIMPLES".

X - VALIDADE E EFICÁCIA

CLÁSULA 37.^a -O presente Contrato terá validade a partir da data de sua assinatura pelos contratantes ficando sua eficácia condicionada à publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS



CLÁSULA 38.^a -A legislação aplicável à execução deste contrato e aos casos omissos é a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

Parágrafo único - A contratação reger-se-á ainda pelas normas fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11.09.90.

XII - FORO

CLÁSULA 39.^a -As partes elegem o FORO da Justiça Federal, Seção Judiciária de Campo Grande/MS, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste Contrato, em detrimento de qualquer outro, ficando assegurado a **CONTRATANTE**, os privilégios de prazos de que trata o art. 188 do Código de Processo Civil.

E assim, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento em (03) três vias de um só teor e forma, perante as testemunhas abaixo para que produza seus efeitos jurídicos.

Campo Grande - MS, ____ DE _____ DE 2012.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS: